

3. Diversos

RELATÓRIOS

PERSONAL VALUE — SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S. A.

Sede social: Rua D. Cristóvão da Gama, 226, 4150-249 Porto.
Capital social: 638 741 euros.
Pessoa colectiva n.º 502783940.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o n.º 49 925.

Relatório e contas de 2005

Relatório de gestão

Nos termos dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, vem o conselho de administração apresentar o relatório de gestão relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, apoiado nas demonstrações financeiras elaboradas para o mesmo exercício.

1 — Evolução da gestão

I — Apresentação

A Personal Value — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A., cumpriu em 2005 o seu quinto ano de actividade completo. Neste ano, a sociedade deparou-se com mais um ano, em termos de mercados financeiros, extremamente positivo, conforme se constata pelo quadro a seguir apresentado:

Quadro 1 — Evolução de mercados accionistas em 2005

Mercados	Região	Variação anual (percent.)
PSI-20	Portugal	+ 13,40
Euronext100	Portugal/França/Holanda	+ 23,17
EuroStoxx 50	Europa	+ 21,27
S&P 500	Estados Unidos	+ 3,00
Nasdaq Composite	Estados Unidos	+ 1,37
Nikkei 225	Japão	+ 50,90
MSCI World (em USD)	Mundo	+ 7,56

Nesta conjuntura, a actividade da empresa teve um ano com boas condições para apresentar bons resultados para os nossos clientes o que se veio a concretizar, embora não de forma tão exuberante como a obtida no investimento puro em acções (sobretudo em mercados emergentes e Japão), dadas as características claramente conservadoras das estratégias de investimento levadas a cabo pela Personal Value.

A Personal Value durante 2005, continuou o processo de reorganização interna consubstanciada em três áreas fundamentais:

Contratação de director comercial: a empresa efectuou a contratação de quadro para o seu departamento comercial e criou uma equipa comercial autónoma e assente numa lógica de diferenciação com relação à lógica visível no sistema bancário:

Investimento em *marketing* e imagem institucional: No sentido de adequar a imagem da empresa à sua nova filosofia e estilo de gestão, efectuámos alteração de *site* institucional da empresa, efectuámos criação de nova apresentação institucional da empresa e criámos novo material de relação com o cliente;

Alteração de sistema de *back-office*: a Personal Value terminou o ano de 2005 com a adjudicação de novo sistema de *back-office* face aos problemas e claras insuficiências do anterior sistema. Este novo sistema permite à empresa adequar-se aos melhores sistemas utilizados pelos principais *players* da indústria e agilizar e dotar-se de um verdadeiro sistema de *back-office* em *real time* e plenamente adequado às necessidades da empresa.

Assim, e apesar de todas as vicissitudes, a Personal Value está a posicionar-se, fruto do trabalho da sua equipa de gestão, como uma empresa capaz de se posicionar com produtos de qualidade num mercado tão concorrencial como o do *private banking* e gestão de activos.

II — Capital social

O capital social da Personal Value — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A., após a operação de aumento e redução de capital por incorporação de resultados negativos passou para o montante de 638 741 euros. À data de 31 de Dezembro de 2005, o capital realizado era de 461 241 euros, ou seja, durante o ano de 2005 foi realizado 99 500 euros de capital social. Esta realização foi efectuada em 77 500 euros pelo accionista Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente e em 22 000 euros pela accionista Alda Maria Dias Marques de Oliveira Seixas Soares.

III — Órgãos sociais

Os órgãos sociais mantiveram-se inalterados durante o ano transacto. No que concerne ao conselho de administração: manteve-se como presidente do conselho Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente, tendo como vogais Alda Maria Dias Marques de Oliveira Seixas Soares e Aurelino António Moreira da Silva. Na função de presidente da mesa da assembleia geral, manteve-se Paulo Alexandre Araújo Cardoso Valente, sendo secretário da Mesa Orlando Alberto Coelho Baptista e secretária suplente Anabela Escalão Roças. O fiscal único da sociedade é Jónatas de Jesus Margarida em representação da Sociedade de Revisores Oficiais de Conta António Anjos, F. Brandão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

IV — Accionistas à data de 31 de Dezembro de 2005

Os accionistas com participações qualificadas na sociedade, à data de 31 de Dezembro de 2005 eram os seguintes:

Accionista	Número de acções	Capital (percent.)
Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente	285 403	44,68
Alda Maria Dias Marques de Oliveira Seixas Soares	225 986	35,38
Maria Isabel Vasconcelos Porto Van Zeller Avides Moreira	59 417	9,30

V — Enquadramento macroeconómico

A sólida expansão da economia norte-americana, uma tímida recuperação da actividade na zona euro, a recuperação da economia nipónica e a continuação do «explosivo» crescimento por parte da República Popular da China marcaram a envolvente macroeconómica internacional em 2005.

A expansão económica mundial foi uma realidade durante o ano de 2005 na linha do que já tinha ocorrido no ano transacto. Contudo, o ciclo económico das regiões mais importantes encontra-se em fase distintas, notando-se uma maturidade do crescimento americano, de que o último trimestre do ano é exemplo (crescimento anualizado de pouco mais de 1%), contrastando com a fase inicial do crescimento económico Japonês, que após um longo período deflacionista começa a sentir os primeiros sinais da revitalização da procura interna. A China continua a ser o principal motor da economia asiática, que segundo dados preliminares revelam um crescimento anual de 9,5% do PIB. Na Europa o crescimento económico acelerou, embora ainda se mantenha aquém do seu potencial fruto do comportamento da procura interna, apesar de uma melhoria dos índices de confiança do consumidor.

Estados Unidos:

O ano de 2005 foi pautado por um crescimento de 3,6% do produto interno bruto (PIB) norte-americano, segundo as últimas previsões. Contudo, o final do ano foi marcado pelo abrandamento económico, demonstrado pelos dados preliminares que revelam um crescimento de 1,1% do PIB no último trimestre. A inflação deverá ter-se situado nos 3,4%, muito por culpa da evolução crescente do preço

dos combustíveis, uma vez que excluindo esta componente e a alimentação, a taxa anual situa-se nos 2,2%. Do ponto de vista do mercado de trabalho, o ano de 2005 foi positivo, com a taxa de desemprego a registar um valor de 4,9% no final do ano contra os 5,4% do ano anterior. A contrabalançar este factor positivo no consumo privado americano, encontra-se o mercado imobiliário que durante o último ano registou os primeiros sinais de arrefecimento.

As previsões apontam para um crescimento económico de 3,4% para o ano de 2006, retomando já no primeiro trimestre do ano, o ritmo de crescimento que tem sido característico, suportada pelo comportamento favorável do investimento, em resultado da boa saúde financeira do tecido empresarial americano e ainda pelo esforço de reconstrução na sequência dos furacões Katrina e Rita. Contudo, é necessário ter presente que este ciclo de expansão económica está a entrar numa fase caracterizada pela sua maturidade, em que os riscos que emergem do mercado imobiliário podem colocar em causa a conjuntura favorável que o consumidor americano enfrenta e que resulta de um ambiente financeiro benéfico (baixas taxas de juro de longo prazo e ganhos acumulados no mercado de acções) e pelo andamento do mercado de trabalho. A Reserva Federal Americana tem assumido um papel activo no controlo da inflação e das suas expectativas, retirando consistentemente liquidez do mercado em resposta à robustez do crescimento económico. O prolongamento da política restritiva resulta num risco acrescido para a saúde financeira do consumidor americano, principalmente quando se prevê uma diminuição da taxa de inflação em 2006 para 2,8%.

Japão:

O ano de 2005 ficou marcado pela recuperação económica japonesa, que se revelou surpreendente pela sua robustez, que segundo dados preliminares revelam um crescimento do PIB de 2,4%. A este comportamento não é alheio a procura externa, nomeadamente o relacionamento comercial cada vez mais estreito com uma economia pujante como a Chinesa — em resultado, Dezembro registou a 5.ª variação positiva mensal da produção industrial. A principal surpresa adveio da procura interna que em resultado das melhorias verificadas no mercado de trabalho tanto ao nível de aumento salariais, como ao nível do aumento do emprego a tempo inteiro, sustentou a recuperação económica. Consequentemente assistiu-se ao ressurgimento, ainda que tímido, da inflação na economia nipónica. Este cenário macroeconómico deverá continuar durante o ano de 2006, perspectivando-se um crescimento do PIB de 2,3%.

Os principais factores de risco para a economia japonesa prendem-se com a incerteza que a provável alteração da política monetária expansionista que levou à manutenção da taxa de juro nula durante um significativo período de tempo, terá na economia nipónica, nomeadamente na evolução da moeda, sabendo-se a forte dependência da procura externa. Adicionalmente, a continuação da tendência ascendente do preço do petróleo poderá levar ao pagamento de uma factura energética que pode colocar em causa a sustentabilidade do crescimento económico.

Europa:

O crescimento do PIB durante o ano de 2005 para União Monetária Europeia deverá ter-se situado em 1,3%, revelador de uma situação económica estável, sustentado sobretudo pelo comportamento da procura externa e o dinamismo do sector industrial. A estabilidade foi também visível pela evolução da inflação que se situou em 2,2% no ano de 2005, superior ao limite máximo imposto pelo Banco Central Europeu. O crescente risco de pressões inflacionistas originadas por uma escalada dos preços do petróleo e por uma moeda mais fraca, levou à alteração da política monetária, consumada através de uma subida de 25 pontos base na taxa directora.

Para 2006, espera-se um crescimento do PIB próximo do potencial de crescimento da zona euro que se situa na ordem dos 2%, suportado pela procura externa e pelo investimento. A consolidação desta visão é sustentada pelos bons níveis de confiança dos empresários e a boa forma financeira do sector empresarial europeu. Do lado do consumo perspectiva-se uma melhoria do mercado de trabalho, não de uma forma artificial como tem ocorrido até aqui, nomeadamente através de esquemas públicos de suporte ao emprego, mas sim em resultado da evolução positiva do investimento. A perspectiva de uma evolução mais favorável do mercado de trabalho é contrabalançada por uma política mais restritiva do Banco Central Europeu e por uma factura energética cada vez mais elevada.

No que diz respeito à inflação, esta deverá manter-se estabilizada nos 2%, sendo que a continuação da tendência de depreciação do euro e o aumento dos custos energéticos poderão ter um impacto negativo sobre a evolução deste indicador. A conjugação destes factores com a

evolução económica favorável, tem levado o Banco Central Europeu a redobrar a sua atenção em torno da manutenção da estabilidade de preços, podendo resultar em futuras subidas na taxa de juro directora.

Portugal:

A economia portuguesa deverá ter crescido 0,3% durante o ano de 2005, comportamento que desilude face às perspectivas iniciais. A responsabilidade para este cenário quase depressivo que caracterizou a economia nacional durante o ano transacto, é de uma procura doméstica muito fraca a que se associa um ambiente externo competitivo e desfavorável face à especialização da economia portuguesa. Adicionalmente, a política orçamental restritiva necessária à consolidação das contas públicas e a evolução negativa dos custos energéticos agudizam uma situação já de si desfavorável ao crescimento económico.

O ano de 2006 perspectiva-se difícil, apesar de uma melhoria recente dos indicadores de confiança dos empresários e consumidores, isto porque permanecem os fundamentos que estiveram na origem da evolução económica do ano transacto, a que se deve aliar uma política mais restritiva do Banco Central Europeu — o impacto é extremamente negativo face ao cariz extremamente alavancado da economia nacional. Contudo, as previsões apontam para um crescimento do Produto Interno Bruto de 1,1% durante o próximo ano, assente essencialmente na procura externa e no investimento, principalmente do sector privado.

VI — Actividade

No ano de 2005, a Personal Value — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A., continuou, fundamentalmente, a desenvolver a actividade de gestão de carteiras de valores mobiliários, tendo também desenvolvido a sua actividade na área de consultoria na área de investimentos, nomeadamente na área de *advising* a particulares na área de investimentos.

Durante o ano, a empresa consolidou a sua base de clientes, tendo as duas áreas de gestão discricionária e de *advising* de carteiras apresentado excelentes resultados para os seus clientes através da construção de estratégias de investimento com baixo risco e a construção de uma série de inovadores produtos estruturados sobre subjacentes como *hedge funds*, *commodities*, *equity* e taxa de juro.

VII — Investimentos

Neste exercício, foi realizado um investimento que rondou os 23 000 euros repartido entre a aquisição de, equipamento informático, mobiliário de escritório e *software*.

VIII — Resultados

Os proveitos obtidos ascenderam a 730 844 euros (+ 162% que no ano transacto) e os custos suportados ascenderam a 576 950 euros (+ 22% que no ano transacto) originando resultados líquidos positivos no montante de 153 894 euros (contra prejuízos de 195 742 euros no ano transacto).

As amortizações e as provisões do exercício totalizaram 37 904 euros e o *cash-flow* (resultados líquidos + amortizações + provisões) foi de 191 799 euros.

IX — Capitais e fundos próprios

A 31 de Dezembro de 2005 os capitais próprios eram de 602 945 euros e os fundos próprios de 415 467 euros.

2 — Factos relevantes após o termo do exercício

Conforme o artigo 38.º das Normas Técnicas vimos por este meio referir que não houve qualquer ocorrência de acontecimentos subsequentes com impacto sobre as contas da empresa.

3 — Evolução previsível da sociedade

Espera-se que 2006 mantenha a tendência de crescimento evidenciada em 2005, assente numa gestão inovadora em termos de produtos, estilo de gestão e capacidade de criação de produtos junto de instituições bancárias capazes de ganhar a confiança de clientes. Em termos comerciais, continuamos a apostar na personalização da relação face ao cliente e num posicionamento de mercado assente numa lógica de gestão centrada na produção de retornos absolutos.

4 — Movimento de acções próprias

Nada a referir.

5 — Negócios entre a sociedade e os seus administradores

Nada a referir.

6 — Proposta de aplicação de resultados

Nos termos legais e estatutários, o conselho de administração propõe que os resultados líquidos, no valor de 153 894,47 euros sejam transferidos em 7695 euros para reserva legal e os restantes 146 199,47 euros para resultados transitados.

7 — Declarações**I — Dívidas ao Estado**

O conselho de administração declara que não tem dívidas em mora ao Estado.

II — Dívidas à segurança social

Dando cumprimento ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, o conselho de administração declara que não tem dívidas à segurança social.

III — Dívidas aos trabalhadores

O conselho de administração declara que não tem remunerações em atraso aos trabalhadores.

8 — Colaboração

Realça-se o espírito de colaboração e apoio sempre manifestado pelo fiscal único no desempenho das suas funções, pelo que expressamos o nosso agradecimento.

Aos fornecedores, clientes e instituições de crédito, igualmente dirigimos os nossos agradecimentos pela confiança demonstrada.

Porto, 15 de Fevereiro de 2006. — O Conselho de Administração:
Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente — Alda Maria Dias Marques de Oliveira S. Soares — Aurelino António Moreira da Silva.

Balanço em 31 de Dezembro de 2005**ACTIVO****(Em euros)**

Código das contas		2005			2004
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
10+11+130	1 — Caixa e disponib. em bancos centrais	284,90	—	284,90	562,72
12+13—130	2 — Disponib. à vista sobre instit. de crédito	18 988,83	—	18 988,83	21 249,70
20+21+280+ 281+2880+2881+ 2890+2891—29000— 29001—29010— 29011—2951	3 — Outros créditos sobre instit. de crédito	245 000,00	—	245 000,00	—
16+22+23+282+ 283+287+2882+ 2883+2887+2892+ 2893+2897—29002— 29003—29012— 29013—29017—2952	4 — Créditos sobre clientes	382 809,81	382 809,81	—	—
240+241+245+ 255+2480+250+ 251+2580+26+ 2840+2884+2894+ 290140—29200— 29210—2925—2953	5 — Obrigações e outros títulos de rendim. fixo	—	—	—	—
2400+2401+2410+ 2500+2501+2510+ 2600+2601+2610+ 2340+2884+2894— 290140 (a)—29200— 29210—2925—2953	a) Obrigações e outros títulos de rendim. fixo — de emissores públicos	6 068,76	—	6 068,76	2 988,95
2402+2411+2412+ 245+255+2480+ 2502+2511+2512+ 2680+2602+2611+ 2612+2840+2884+ 2894—290140 (b)— 29209—29219— 2925—2953	b) Obrigações e outros títulos de rendim. fixo — de outros emissores	—	—	—	—
2480+2580	(Dos quais: obrigações próprias)	—	—	—	—
243+244+245+255+ 2481—24810+ 2490—2491+253+ 254+2581—25810+ 2841—290141—291— 2923—2924—2925— 2953+5624 (dev.)	6 — Acções e outros títulos de rendim. variável	—	—	—	—

(Em euros)

Código das contas		2005			2004
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
400-490	7 — Participações	—	—	—	—
401-491	8 — Partes do capital em empresas coligadas	—	—	—	—
41+460+4690-481	9 — Imobilizações incorpóreas	90 550,97	80 574,12	9 976,85	27 137,85
42+461+462+463+468+4691-482	10 — Imobilizações corpóreas	108 019,36	32 072,01	75 947,35	66 578,81
420+4280+461-4820-48280	(Dos quais: imóveis)	(11 455,00)	(2 951,00)	(8 503,00)	(9 779,00)
27003	11 — Capital subscrito não realizado	177 500,00	—	177 500,00	277 000,00
24810+25810	12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	—	—	—	—
14+15+19+27-27003-29007-2959-299+402+409-499	13 — Outros activos	164 745,73	—	164 745,73	90 474,89
51+55+56 (dev.) (c)+58 (dev.)+59 (d)	15 — Contas de regularização	16 202,99	—	16 202,99	14 301,99
69 (dev.)	16 — Prejuízo do exercício	—	—	—	195 472,56
Total do activo		1 210 171,35	495 455,94	714 715,41	695 767,47

PASSIVO

Código das contas		2005	2004
30+31	1 — Débitos para com instituições de crédito	—	—
30020+30120+30220+31020+31220+31320+31920	a) À vista	—	—
1-1a)	b) A prazo ou com o pré-aviso	—	—
32+33+35	2 — Débitos para com clientes	—	—
3213+3223	a) Depósitos de poupança	—	—
32-3213-3223+33+35	b) Outros débitos	—	—
3200/10/20/30	ba) À vista	—	—
b)-ba)	bb) A prazo	—	—
34	3 — Débitos representados por títulos	—	—
341	a) Obrigações em circulação	—	—
340+342+349	b) Outros	—	—
36+39	4 — Outros passivos	82 166,11	28 237,96
52+54+56 (cred.)+58 (cred.)+59 (e)	5 — Contas de regularização	28 982,58	22 302,40
610+611+612+613	6 — Provisões para riscos e encargos	—	—
612	a) Provisões para pensões e encargos similares	—	—
610+611+613	b) Outras provisões	621,51	70 381,00
619	6-A — Fundo para riscos bancários gerais	—	—
60	8 — Passivos subordinados	—	112 513,66
62	9 — Capital subscrito	638 741,00	1 500 000,00
632	10 — Prémios de emissão	—	—
630+631+635+639	11 — Reservas	5 782,30	5 782,30
633	12 — Reservas de reavaliação	—	—
66	13 — Resultados transitados	(195 472,56)	(973 772,66)
69 (cre.)	14 — Lucro do exercício	153 894,47	—
Total do passivo		714 715,41	695 767,47

(a) Parte do saldo relativo a obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos.

(b) Parte do saldo relativo a obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores.

(c) Excepto 5624, cujo saldo devedor é considerado na rubrica 6.

(d) Conforme o saldo global do razão (quando o saldo devedor > saldo credor).

(e) Conforme o saldo global do razão (quando o saldo credor > saldo devedor).

O Conselho de Administração: Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente — Alda Maria Dias Marques de Oliveira S. Soares — Aurelino António Moreira da Silva. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados líquidos em 31 de Dezembro de 2005**DÉBITO**

(Em euros)

Código das contas		2005	2004
A) Custos			
70	1 — Juros e custos equiparados	1,84	226,19
71	2 — Comissões	130 898,11	774,70
72	3 — Prejuízos em operações financeiras	698,17	596,01
73+74	4 — Gastos gerais administrativos:		
73	a) Custos com pessoal	241 168,78	171 092,34
	Dos quais:		
730+731	(— salários e vencimentos)	(204 567,47)	(131 800,66)
732+733+739	(— encargos sociais)	(36 601,31)	(32 386,48)
	Dos quais:		
73290/1/2	(— com pensões)	—	—
74	b) Outros gastos administrativos	147 469,16	209 603,67
78	5 — Amortizações do exercício	31 334,06	33 345,34
77	6 — Outros custos de exploração	100,00	—
790/1/2/+795+799	7 — Provisões para créd. de cobr. duvid. e crédito vencido e para outros riscos	6 570,54	21 190,51
794	8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	—
	10 — Resultado da actividade corrente	—	—
671	11 — Perdas extraordinárias	4 677,56	34 339,84
68	13 — Impostos sobre lucros	612,46	676,32
76	14 — Outros impostos	13 419,49	2 578,68
69	15 — Lucro do exercício	153 894,47	—
Total		730 844,64	474 423,60

CRÉDITO

Código das contas		2005	2004
B) Proveitos			
80	1 — Juros e proveitos equiparados	2 303,49	667,96
80240/1+80245	Dos quais:		
80250+80251+80255+8026	(— de títulos de rendimento fixo)	(487,00)	(199,00)
81	2 — Rendimento de títulos	—	—
81–81400–81401	a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendim. variável	—	—
81400	b) Rendimento de participações	—	—
81401	c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	—	—
82	3 — Comissões	652 277,30	213 906,64
83	4 — Lucros em operações financeiras	17,58	421,23
840+841+842+843+845+849	5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	9 222,81	195,69
844	6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	—	—
89	7 — Outros proveitos de exploração	66 947,45	61 709,10
	8 — Resultado da actividade corrente	172 527,97	(159 928,14)
672	9 — Ganhos extraordinários	76,01	2 050,42
69	11 — Prejuízo do exercício	—	195 472,56
Total		730 844,64	474 423,60

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005

(Valores expressos em euros)

3 — Critérios de avaliação utilizados:

As principais políticas e critérios de contabilidade adoptados na preparação destas demonstrações financeiras são como segue:

a) Imobilizações e reintegrações. — As imobilizações corpóreas e incorpóreas que constam do balanço estão contabilizadas pelo respectivo valor de aquisição.

As amortizações e reintegrações do imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, sobre o valor de aquisição. As taxas anuais aplicadas reflectem satisfatoriamente a vida útil dos bens, situando-se entre os limites mínimo e máximo indi-

cados no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro. O processo de depreciação inicia-se no mês em que o bem entrou em funcionamento, de acordo com a sua vida útil estimada.

b) Activos e passivos expressos em moeda estrangeira. — Para os valores do passivo expressos em moeda estrangeira foi utilizado o câmbio de 0,7698 dólares.

c) Especialização de exercícios. — Os proveitos e custos, relativos a receitas e despesas, são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual, aqueles são reconhecidos na medida em que são gerados, independentemente do momento em que sejam recebidos ou pagos. A diferença entre os dois momentos dá origem a um registo em contas de regularização.

11 — Movimentos ocorridos nas imobilizações corpóreas e incorpóreas:

	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transfe- rências	Amortiz- do exerc.	Regula- rizações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dez. de 2005
	Valor bruto	Amortiz. acumuladas	Aqui- sições	Reaval. (líquido)					
Imobilizações incorpóreas:									
Trepasas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Desp. de estabelecimento	4 084,24	1 763,50	568,20	—	—	1 207,55	—	—	1 681,39
Custos plurianuais	14 360,01	10 384,66	—	—	—	2 539,75	—	—	1 435,60
Desp. de investig. e desenvolv.	43 145,19	27 726,37	—	—	—	12 332,10	—	—	3 086,72
Sistema de tratam. autom. de dados (<i>software</i>)	26 693,32	21 270,38	713 53	—	—	3 349,81	—	—	2 786 66
Outras	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	<u>88 282,76</u>	<u>61 144,91</u>	<u>1 281,73</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>19 429,21</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>8 990,37</u>
Imobilizações corpóreas:									
Imóveis de serviço próprio	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Obras em imóveis arrendados	11 464,59	1 675,20	—	—	—	1 276,11	—	—	8 503,28
Outros imóveis	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Equipamento	88 653,46	31 854,04	21 273,39	—	—	10 628,74	—	—	67 444,07
Património artístico	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	<u>100 108,05</u>	<u>33 529,24</u>	<u>21 273,39</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>11 904,85</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>75 947,35</u>
Imobilizações em curso:									
Imobilizações incorpóreas	—	—	986,48	—	—	—	—	—	986,48
Imóveis	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Equipamento	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Património artístico	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Adiant. por conta de imobiliz.	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>986,48</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>986,48</u>

14 — Créditos sobre clientes:

O valor de 382 809,81 euros, constante na rubrica 4 do activo, já se encontra vencido, está totalmente provisionado e tem uma duração indeterminada.

16 — Comentários às imobilizações incorpóreas:

As imobilizações incorpóreas incluem um valor de 43 145,19 euros relativo a despesas de investigação e desenvolvimento, amortizáveis em três anos, cujo valor líquido à data do balanço era 3 086,72 euros.

23 — Compromissos assumidos:

A responsabilidade potencial para com o sistema de indemnização aos investidores, era em 31 de Dezembro de 2005, de 19 022,49 euros. Para garantia desta responsabilidade, foram caucionadas Obrigações do Tesouro — ISIN PTOTEOVE0000 — no valor de 6 068,76 euros, relatadas no balanço na rubrica 5 do activo.

24 — Provisões:

O valor de 382 809,81 euros que consta na rubrica 4 do balanço (activo) refere-se, na totalidade, a provisões para crédito vencido — outros créditos;

O valor de 621,51 euros que consta da rubrica 6 alínea *b)* do balanço (passivo) refere-se, na totalidade a provisões para riscos gerais de crédito.

27 — Contas de regularização:

As contas de regularização que constam do balanço têm a seguinte decomposição:

	2005	2004
Contas de regularização — activo:		
Proveitos a receber	3 165,14	—
De disponibilidades	23,74	—
Despesas com custo diferido (<i>a</i>)	13 037,85	14 301,99
<i>Total</i>	<u>16 202,99</u>	<u>14 301,99</u>
Contas de regularização — passivo:		
Custos a pagar (<i>b</i>)	28 982,58	22 302,40
Receitas com proveito diferido	—	—
<i>Total</i>	<u>28 982,58</u>	<u>22 302,40</u>

(*a*) Diferimento com base no princípio da especialização dos exercícios.

(*b*) Custos administrativos e encargos com férias e subsídio de férias a pagar em 2006.

31 — Outros activos e passivos:

As rubricas de outros activos e outros passivos que constam do balanço decompõem-se como segue:

	2005	2004
Outros activos:		
IVA a recuperar	1 079,38	15 809,64
IRC a recuperar	4 435,50	6 279,82
Devedores diversos	159 230,85	68 385,43
<i>Total</i>	<u>164 745,73</u>	<u>90 474,89</u>
Outros passivos:		
Fornecedores	12 103,15	16 343,50
Sector público administrativo	22 707,80	11 894,46
Credores diversos	47 355,16	—
<i>Total</i>	<u>82 166,11</u>	<u>28 237,96</u>

34 — Número médio de pessoas ao serviço da empresa:

O número médio de pessoas ao serviço da sociedade durante 2005 foi de 7, repartidos pelas seguintes categorias:

Directores — 2;
Gestores de carteiras — 2;
Técnico comercial — 1;
Técnicos de *back-office* — 2.

35 — Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no período:

O valor das remunerações auferidas pelos membros dos órgãos sociais durante o ano findo foi:

	2005	2004
Órgãos sociais:		
Conselho de administração	42 058,38	41 105,20
Fiscal único	2 460,00	2 400,00
<i>Total</i>	<u>44 518,38</u>	<u>43 505,20</u>

36 — Actividade:

A Personal Value — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A., presta aos seus clientes serviços de gestão de carteiras.

37 — Valores expressos em moeda estrangeira:

O balanço em 31 de Dezembro de 2005 inclui, no activo, valores expressos em moeda estrangeira, cujo contravalor perfaz um total de 364 189,27 euros.

O balanço em 31 de Dezembro de 2005 inclui, no passivo, 4 — Outros passivos, valores expressos em moeda estrangeira, cujo contravalor perfaz um total de 6 149,66 euros.

38 — Elementos da demonstração dos resultados e do balanço por linhas de negócio e por mercados geográficos:

Modelo de segmentação por linhas de negócio em 31 de Dezembro de 2005:

	Gestão de carteiras	Prestação de serviços	Outros	Recon-ciliação	Total
Juros e proveitos equiparados	2 303,49	—	—	2 303,49	2 303,49
Juros e custos equiparados	1,84	—	—	1,84	1,84
Comissões (proveito)	138 559,68	513 717,62	—	652 277,30	652 277,30
Comissões (custo)	17,83	129 851,68	1 028,60	130 898,11	130 898,11
Rendimento de títulos	—	—	—	—	—
Lucros em operações financeiras	—	—	17,58	17,58	17,58
Prejuízos em operações financeiras	197,18	—	500,99	698,17	698,17
Reposições e anul. provisões	82,30	—	9 140,51	9 222,81	9 222,81
Provisões para crédito vencido	930,54	5 640,00	—	6 570,54	6 570,54
Outros proveitos de exploração	—	66 521,44	426,01	66 947,54	66 947,54
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—
Crédito sobre clientes	48 452,85	110 778,00	—	159 230,85	159 230,85
Débitos para com clientes	—	—	—	—	—
Activo total líquido	<u>48 452,85</u>	<u>110 778,00</u>	<u>555 484,56</u>	<u>714 715,41</u>	<u>714 715,41</u>

Modelo de segmentação por mercados geográficos em 31 de Dezembro de 2004:

	Portugal	União Europeia	Europa	Outros	Recon-ciliação	Total
Juros e proveitos equiparados	2 303,49	—	—	—	2 303,49	2 303,49
Juros e custos equiparados	1,84	—	—	—	1,84	1,84
Comissões (proveito)	534 385,23	76 411,70	36 560,92	4 919,45	652 277,30	652 277,30
Comissões (custo)	130 898,11	—	—	—	130 898,11	130 898,11
Rendimento de títulos	—	—	—	—	—	—
Lucros em operações financeiras	17,58	—	—	—	17,58	17,58
Prejuízos em operações financeiras	698,17	—	—	—	698,17	698,17
Reposições e anul. provisões	9 222,81	—	—	—	9 222,81	9 222,81
Provisões para crédito vencido	6 570,54	—	—	—	6 570,54	6 570,54
Outros proveitos de exploração	37 890,35	29 057,10	—	—	66 947,45	66 947,45
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—
Crédito sobre clientes	127 284,50	30 662,79	—	1 283,56	159 230,85	159 230,85
Débitos para com clientes	—	—	—	—	—	—
Activo total líquido	<u>682 769,06</u>	<u>30 662,79</u>	<u>—</u>	<u>1 283,56</u>	<u>714 715,41</u>	<u>714 715,41</u>

39 — Decomposição de algumas rubricas da demonstração de resultados:

	2005	2004
Perdas extraordinárias:		
Menos-valias na realiz. de valores imobilizados	—	7 468,90
Multas e outras penalidades	452,67	50,00
Perdas relativas a exerc. anteriores	4 224,79	1 703,21
Outras perdas extraordinárias	0,10	105,58
Total	4 677,56	9 324,69
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços de consultoria	66 521,44	59 844,97
Reembolso de despesas	—	1 864,13
Outros	426,01	—
Total	66 947,45	152 683,02
Ganhos extraordinários:		
Ganhos relativos a exerc. anteriores	—	2 049,35
Outros ganhos extraordinários	76,01	1,07
Total	76,01	2 050,42

51 — Outras informações:

Nada a referir.

Porto, 15 de Fevereiro de 2006. — O Conselho de Administração: *Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente — Alda Maria Dias Marques de Oliveira S. Soares — Aurelino António Moreira da Silva.* — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras de Personal Value — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 714 715,41 euros e um total de capital próprio de 602 945,21 euros, incluindo um resultado líquido de 153 894,47 euros), a demonstração dos resultados por natureza do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade da administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Personal Value — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A., em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o Sistema Bancário.

Porto, 10 de Março de 2006. — António Anjos, F. Brandão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Jónatas de Jesus Margarida*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do revisor oficial de contas na qualidade de fiscal único

1 — Em cumprimento do que se encontra legalmente estabelecido, o revisor oficial de contas na qualidade de fiscal único da Personal Value — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A., submete à apreciação o seu parecer referente ao relatório da administração, ao balanço, à demonstração dos resultados por natureza e respectivo anexo, relativos ao exercício de 2005.

2 — Acompanhamos a gestão global da empresa através da análise dos documentos de natureza económico-financeira e de contactos regulares de diversa natureza com a administração.

3 — O relatório de gestão explana com suficiente clareza a evolução dos negócios e as perspectivas futuras.

4 — O relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas legalmente exigidos satisfazem os preceitos legais e do contrato de sociedade.

5 — O relatório anual do revisor oficial de contas e a certificação legal das contas fica a constituir parte integrante deste relatório.

6 — Somos de parecer que o relatório e contas de 2005, bem como a proposta de aplicação dos resultados, sejam aprovados.

Porto, 10 de Março de 2006. — António Anjos, F. Brandão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Jónatas de Jesus Margarida*, revisor oficial de contas.

Relatório anual sobre a revisão efectuada

Srs. Accionistas:

1 — O presente relatório é emitido nos termos do n.º 2 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais e da alínea a) do n.º 1 do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro.

2 — Procedemos à revisão legal das contas dessa empresa relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efectuado emitimos a respectiva certificação legal das contas, com data de 10 de Março de 2006.

3 — O nosso trabalho incluiu, entre outros aspectos, o seguinte:

3.1 — Reuniões com o conselho de administração e outros responsáveis e leitura das actas respectivas, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;

3.2 — Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela empresa e que se encontram divulgadas no anexo;

3.3 — Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;

3.4 — Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria;

3.5 — Realização dos testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:

a) Análise das aquisições e abates do imobilizado e da política de amortizações adoptada;

b) Confirmação directa e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outras) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subse-

quentes preparadas pela empresa; nos casos em que não foi obtida resposta, efectuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;

c) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela empresa;

d) Análise da extensão dos valores do caixa e dos procedimentos de registo e controlo associados;

e) Solicitação directa a advogados e outras entidades de informações sobre cobranças em curso, litígios ou acções judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida;

f) Análise das situações justificativas da constituição de provisões para redução de activos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;

g) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à segurança social;

h) Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;

i) Análise das operações e saldos com as entidades relacionadas;

j) Apreciação da política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo a actualização dos capitais seguros;

k) Análise dos acontecimentos subsequentes ao encerramento do exercício.

3.6 — Solicitação da declaração do órgão de gestão a qual foi emitida com data de 10 de Março de 2006.

4 — Em consequência do trabalho efectuado, entendemos dever relatar os seguintes aspectos que, por não terem materialidade, não foram incluídos na nossa certificação legal das contas:

4.1 — A política de seguros existente na empresa, apresenta algumas deficiências ao nível da correcta cobertura dos riscos decorrentes de eventuais sinistros. Alertamos a administração para o facto, a qual nos comunicou que já estava a encetar as devidas diligências para colmatar esta lacuna.

4.2 — A empresa procedeu ao abate de imobilizado informático *hardware* que se encontrava totalmente amortizado e que havia sido adquirido por 13 362,08 euros, sem contudo ter sido efectuada a respectiva comunicação às finanças.

4.3 — No decorrer do exercício foram realizados 95 500,00 euros do capital por subscrever. Está ainda em feita a realização de 177 500,00 euros, o qual deverá ser liberado até Junho de 2008. Importa ainda referir, que no decorrer do exercício a sociedade aumentou o capital social mediante a conversão de prestações suplementares, no montante de 112 513,66 euros. Posteriormente reduziu o capital social para 638 741,00 euros, através da cobertura de prejuízos, no valor de 973 772,66 euros.

4.4 — A empresa não dispõe, até à data da elaboração do presente relatório, dos modelos exigidos legalmente para aplicação da convenção sobre a dupla tributação referentes a serviços pagos a não residentes e para os quais não foi efectuada qualquer retenção na fonte.

4.5 — No final do exercício foram atribuídos prémios a funcionários, porém para estes valores não foram efectuadas retenções na fonte, as quais ascenderiam a cerca de 5500,00 euros de acordo com as regras do CIRS.

4.6 — O capital próprio da sociedade, em resultado dos prejuízos do exercício anterior, encontra-se inferior ao capital social, cumprindo, no entanto, o valor mínimo exigido pelo Banco de Portugal para os fundos próprios.

5 — Finalmente, cumpre-nos informar que apreciamos o relatório do conselho de administração, o qual satisfaz os requisitos legais e que

verificámos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.

Manifestamos o nosso agradecimento pela colaboração prestada pela administração e todo o pessoal com quem nos relacionámos no exercício das nossas funções.

Porto, 10 de Março de 2006. — António Anjos, F. Brandão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Jónatas de Jesus Margarida, revisor oficial de contas. 3000210037

SLN — SOCIEDADE LUSA DE NEGÓCIOS, SGPS, S. A.

Relatório e contas consolidadas de 2005

Relatório do conselho de administração

Enquadramento económico

A economia internacional

De acordo com as últimas estimativas do FMI, o crescimento económico mundial em 2005 foi de 4,3%, desacelerando de 5,1% em 2004.

Crescimento económico

	2004	2005	Previsões — 2006
Economia mundial	5,1	4,3	4,3
EUA	4,2	3,5	3,3
Zona euro	2,0	1,2	1,8
Japão	2,7	2,0	2,0
Outras economias desenvolvidas	4,4	3,2	3,9
Economias emergentes	7,3	6,4	6,1

Fonte. — FMI.

A economia do Japão constituiu uma das maiores surpresas de 2005, apresentando um crescimento real de 2,0%, enquanto que os Estados Unidos cresceram entre 3,5% e a zona euro cerca de 1,2%.

O ano caracterizou-se pela continuação da tendência de recuperação da economia global, que tem vindo a ser observada desde 2002. Apesar do abrandamento verificado em 2005, os países mais desenvolvidos revelaram um impacto do elevado preço do petróleo inferior ao esperado, conseguindo manter níveis de crescimento muito aceitáveis.

Em linha com o sucedido em 2004, o crescimento económico mundial continuou a ser liderado pelos EUA cujo PIB aumentou 3,5%. A economia global continua a beneficiar do bom desempenho de toda a região asiática destacando-se a China, a Índia e um Japão cada vez mais forte e que parece emergir do período de deflação onde se encontra.

O PIB da zona euro deverá ter crescido 1,2% em 2005, o que constituiu uma diminuição do crescimento verificado em 2004. Apesar desta desaceleração, a zona euro apresentou boas perspectivas no segundo semestre de 2005, reforçando as expectativas de um crescimento perto de 2% para 2006. É de realçar também o bom desempenho das principais economias da América Latina que beneficiaram dos preços altos das matérias-primas e do forte crescimento mundial. Segundo o FMI, o volume do comércio mundial cresceu 7,0% em 2005, depois de 10,3% em 2004.

Zona euro

	2002	2003	2004	2005	Previsões	
					2006	2007
PIB	1,2	1,2	2,4	1,5	2,1	2,4
Consumo	1,5	1,3	1,3	1,2	1,3	1,6
Formação bruta de capital fixo	— 1,2	0,8	3,0	2,3	3,5	3,6
Taxa de desemprego	8,3	8,7	9,0	8,7	8,5	8,1
Inflação	2,3	2,1	2,1	2,3	2,2	1,8
Défice público (percentagem de GDP)	— 2,4	— 3,0	— 2,6	—	— 2,7	— 2,7
Dívida pública (percentagem de GDP)	51,4	63,0	63,4	64,3	64,2	64,3
Saldo BTC (percentagem de GDP)	0,3	0,1	—	— 0,3	— 0,4	— 0,3

Fonte. — Comissão Europeia.